

Lei Ordinária nº 1569/2008

Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Camapuã - MS, para o exercício financeiro de 2009 e dá outras providências.

MOYSÉS NERY, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMAPUÃ, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Publicada em 26 de novembro de 2008

Art. 1º Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Camapuã, para o exercício financeiro de 2009, compreendendo:

I - o Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Município, seus Fundos, e unidades da Administração Pública Municipal Direta.

II - o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo Fundos e Unidades da Administração Pública Direta.

Art. 2º O conjunto do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Município de Camapuã, para o exercício de 2009, estima a Receita e fixa a Despesa em igual valor de R\$ 24.744.400,00 (vinte e quatro milhões, setecentos e quarenta e quatro mil e quatrocentos reais), importando o Orçamento Fiscal em R\$ 17.240.400,00 (dezessete milhões, duzentos e quarenta mil e quatrocentos reais), e o Orçamento da Seguridade Social em R\$ R\$ 7.504.00,00 (sete milhões e quinhentos e quatro mil reais).

Art. 3º A Receita Orçamentária, decorrerá da arrecadação de tributos, transferências constitucionais e outras receitas correntes e de capital, de acordo com a legislação vigente, discriminada nos quadros anexos, tendo o seguinte desdobramento:

RECEITA CONSOLIDADA

23

| Receita de Contribuições Outras Receitas Correntes | R\$ R\$ | |
|---|----------------|--|
| Receita de Contribuições | | |
| | R\$ | |
|) Receitas Correntes Intra-Orçamentária | | |
| Transferências de Capital | R\$ | |
| Amortização de Empréstimo | R\$ | |
| Alienação de Bens | R\$ | |
|) Receitas de Capital | R\$ | |
| Outras Receitas Correntes | R\$ | |
| Transferências Correntes | R\$ | |
| Receita de Serviços | R\$ | |
| Receita Patrimonial | R\$ | |
| Receitas de Contribuições | R\$ | |
| Receita Tributária | R\$ | |

Art. 4º O Orçamento para o exercício de 2009, por ser uno conforme consagra a lei, inclui todas as receitas devidas ao Município, a qualquer título, inclusive as que se destinam aos Fundos Especiais, e, também, todas as despesas fixadas para a administração direta e para cada Fundo Especial, na condição de Unidade Orçamentária.

Art. 5º Os gestores dos respectivos Fundos Especiais deverão, para efeito de execução orçamentária, adotar, cada um, o Quadro Demonstrativo da Receita e Plano de Aplicação dessas unidades que acompanham, como anexo, a presente Lei, conforme preceitua o inciso I, § 2º do art. 2º da Lei n. º 4.320/64.

Art. 6º A Mesa da Câmara e os Gestores dos Fundos Especiais encaminharão ao Setor de Contabilidade da Prefeitura, até o dia 20 (vinte) do mês subseqüente, os Balancetes Mensais, para fins de incorporação e consolidação ao sistema central de contabilidade, com vistas ao atendimento do que dispõe os arts. 50 e 52 da Lei Complementar n. º 101 de 04 de maio de 2000.

Art. 7° A Despesa será realizada de acordo com as especificações constantes dos quadros que integram esta Lei, observado o seguinte desdobramento:

DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA - CONSOLIDADA

| al Geral da Despesa | R\$ | |
|-------------------------|-----|--|
| Reserva de Contingência | R\$ | |
| Despesas de Capital | R\$ | |
| Despesas Correntes | R\$ | |

orcamento

DESPESAS POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

| órgão | orçamento | | |
|---|--------------|--------------|--|
| | fiscal | teg. social | |
| PODER LEGISLATIVO | | | |
| Câmara Municipal | 1.325.900,00 | | |
| PODER EXECUTIVO | | | |
| Gabinete do Prefeito | 689.000,00 | | |
| Assessoria Jurídica | 37.500,00 | | |
| Secretaria Municipal de Administração | 1.469,500,00 | | |
| . Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Camapuã - Camapuã-Prev | | 1.074.000,00 | |
| Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento | 900.000,00 | | |

| Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável | 13.000,00 | | |
|---|--------------|--------------|----|
| . Fundo Municipal de Meio Ambiente de Camapuã | 16.000,00 | | |
| Secretaria Municipal de Assistência Social | | 512.000,00 | |
| . Fundo Municipal de Assistência Social | | 541.000,00 | |
| . Fundo Mun. da Criança e do Adolescente | | 20.000,00 | |
| . Fundo Municipal de Investimentos Sociais | | 270.000,00 | |
| . Fundo Municipal de Habitação Popular - FUNDHAB | | 40.000,00 | |
| Secretaria Mun. de Educ. Cult. e Esportes | 2.543.700,00 | | |
| Fundo Munic. de Manut. e Desenv. da Educação Básica e Valorização de Magistério – FUNDEB | 3.030.000,00 | | |
| Secretaria Mun. de Obras e Serv. Públicos | 6.427.800,00 | | |
| Secretaria Municipal de Saúde | | | |
| . Fundo Municipal de Saúde | | 4.435.000,00 | 4. |
| Encargos Gerais do Município – Recursos Sob Supervisão da Sec. Mun. Finan. e Planejamento | 588.000,00 | 612.000,00 | |
| Reserva de Contingência | 200.000,00 | | |

Art. 8º Fica o Poder Executivo, respeitadas as demais prescrições constitucionais e nos termos da Lei nº 4.320/64, autorizado a abrir créditos suplementares até o valor correspondente a 30% (trinta por cento), das despesas autorizadas na presente lei, dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, com a finalidade de suprir eventuais deficiências, ou incorporar valores que excedam as previsões constantes desta Lei, mediante a utilização de recursos provenientes previstos no § 1º do art. 43 da Lei n. º 4320/64.

Art. 9° O limite autorizado no artigo anterior não será onerado quando o crédito se destinar a:

- I atender insuficiências de dotações de Pessoal e Encargos Sociais;
- II atender despesas financiadas com recursos vinculados a operações de crédito, autorizadas por lei, convênios, auxílios e/ou contribuições transferidas da União, do Estado e de suas Entidades;
- III incorporar o superávit financeiro, apurados em 31 de dezembro de 2008, e o excesso de arrecadação de recursos vinculados e quando se configurar receita do exercício superior às previsões de despesas fixadas nesta Lei.

Art. 10 Fica o Poder Executivo autorizado ainda a:

- I tomar todas as medidas necessárias para ajustar os dispêndios ao efetivo comportamento da receita e a realizar Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária, conforme permissão contida no § 8º do artigo 165, obedecido o limite estabelecido no inciso III do art. 167, ambos da Constituição Federal e Resolução nº 43, de 21 de dezembro de 2001 do Senado Federal;
- II proceder à centralização parcial ou total de dotações da Administração Municipal, quando for da conveniência e do interesse público;
- III promover a concessão de subvenções sociais a entidades públicas ou privadas, mediante Convênios, observado o disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias e, ainda, assinar convênios de mútua colaboração com órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, obedecendo respectivamente:

- a) a Instrução Normativa nº 01, de 15 de janeiro de 1997, da Secretaria do Tesouro Nacional;
 - b) ao interesse e conveniência do Município.
- Art. 11 Ficam aprovados os Quadros Demonstrativos da Receita e Plano de aplicação para o exercício de 2009, dos seguintes Fundos Especiais, que acompanham a presente Lei:
- I Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Camapuã Camapuã-Prev, vinculado à Secretaria Municipal de Administração, no valor de R\$ 1.074.000,00 (um milhão e setenta e quatro mil reais);
- II Fundo Municipal de Meio Ambiente de Camapuã, vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável, no valor de R\$ 16.000,00 (dezesseis mil reais);
- III Fundo Municipal de Assistência Social, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 541.000,00 (quinhentos e quarenta e um mil reais);
- IV Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais);
- V Fundo Municipal de Investimentos Sociais, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais);
- VI Fundo Municipal de Habitação Popular FUNDHAB, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais);
- VII Fundo Munic. de Manut. e Desenv. da Educação Básica e Valorização de Magistério FUNDEB, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no valor de R\$ 3.030.000,00 (três milhões e trinta mil reais);
- VIII Fundo Municipal de Saúde, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, no valor de R\$ 4.435.000,00 (quatro milhões e quatrocentos e trinta e cinco mil reais);
 - Art. 12. Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2009.

Original, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAMAPUÃ-MS, 26 DE NOVEMBRO DE 2008.

MOYSÉS NERY

Prefeito Municipal